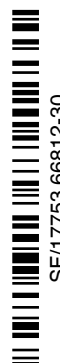


REQUERIMENTO Nº , DE 2017 - CDH

REQUEIRO, nos termos do arts. 89, VII, e 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, ouvido o Plenário deste importante Colegiado, para discutir o trabalho da Guarda Mirim do Distrito Federal.

Para tanto, solicito que sejam convidados:

- O Senhor Jamal Jorge Bittar, Presidente da Federação das Indústrias do Distrito Federal - FIBRA;
- O Senhor João Henrique de Almeida Sousa, Presidente do Conselho Nacional do Serviço Social da Indústria – SESI;
- O Coronel Marcos Antônio Nunes de Oliveira, Comandante Geral da Polícia Militar do Distrito Federal;
- O Major Carlone Batista da Silva, do Estado Maior da Polícia Militar do Distrito Federal;
- O Primeiro Sargento Edilson Serafim Bezerra, do CCS/Polícia Militar do Distrito Federal;
- O Segundo Sargento Edmilson Serafim Bezerra, do 8º Batalhão da Polícia Militar do Distrito Federal;
- Comandante Roberto Oliveira, da Guarda Mirim de Ceilândia-DF;
- O Sr. Jânio Marques, Coordenador da Guarda Mirim;
- Representante do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente; e
- Representante do Conselho Tutelar de Ceilândia-DF.



JUSTIFICAÇÃO

A Guarda Mirim vem demonstrando notável desempenho no fomento ao civismo entre os adolescentes que habitam o Distrito Federal. Por meio dessa iniciativa, meninos e meninas são chamados a participar de ações que envolvem o engajamento em ações comunitárias, atividades físicas, educativas e de apoio social.

Sabemos que os resultados obtidos são fruto da iniciativa e do engajamento da corporação que forma a Polícia Militar, especialmente dos oficiais diretamente envolvidos na organização das práticas a serem conduzidas pela nossa querida Guarda Mirim.

Constatando a importância de que a experiência do Distrito Federal seja compartilhada nacionalmente, apresentamos este requerimento, desejosos de que as boas práticas que vêm fascinando os jovens locais sejam aproveitadas por outras unidades federativas e, possivelmente, possam inspirar ações legislativas no sentido de melhor uniformizar esse tipo de intervenção, que visa a promoção da paz social.

Sala da Comissão,

Senador HÉLIO JOSÉ

